

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 15.214/2020

Processo nº.: 201803639-00
Assunto: Consulta
Município: Oeiras do Pará
Órgão: Prefeitura Municipal
Exercício: 2018
Interessado: Domingos Araújo da Silva
Instrução: Diretoria Jurídica
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

REPUBLICADO NO D.O.E. Nº 720
DE 17/02/20, PG. 2

EMENTA: CONSULTA. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL. PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO. PROFESSORES LEIGOS. NÃO APLICAÇÃO.

1.O servidor concursado para exercer o cargo de professor leigo não pode ser equiparado ao professor do magistério, referenciado no art. 62 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), uma vez que se tratam-se de qualificações distintas.

2. Os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional fixado para os professores do magistério, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.738/08, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional do art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.

3. É aplicado para os professores leigos, o piso salarial definido conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.

4. Os professores leigos que exerçam atividades relacionadas às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, poderão ser pagos com recursos da parcela dos 60% do FUNDEB, desde que estejam em efetivo exercício.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional para os professores do magistério. Para estes profissionais, é aplicado o

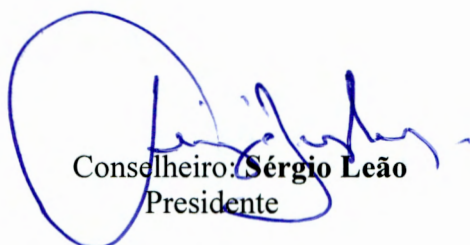
[Assinatura]

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

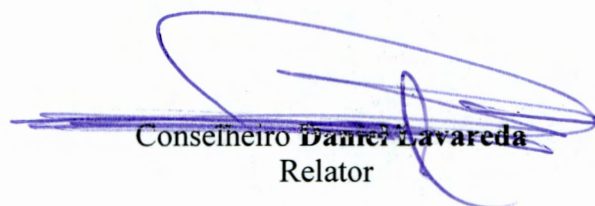
RESOLUÇÃO Nº : 15.214/2020

piso salarial definido conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídio que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
04 de fevereiro de 2020.



Conselheiro: **Sérgio Leão**
Presidente



Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros Cezar Colares e Antonio José.

Conselheiros Substitutos: Adriana Oliveira

Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Inez Gueiros

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

RELATÓRIO

Processo nº.: 201803639-00
Assunto: Consulta
Município: Oeiras do Pará
Órgão: Prefeitura Municipal
Exercício: 2018
Interessado: Domingos Araújo da Silva
Instrução: Diretoria Jurídica
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ encaminhou CONSULTA (fl.01/02), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, solicitando manifestação desta Corte de Contas sobre a seguinte questão:

“(…)

Que seja informado se os servidores concursados para exercer o cargo professor leigo, que não tenham obtido a formação em nível superior ou em nível médio, na modalidade normal, fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério, determinado pela Lei nº 11.738/2008 (Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$-950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional)”.

Conforme consta, os autos foram remetidos ao meu Gabinete, na data de 26/04/2018 (fl. 04) e considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos a competente apreciação da Diretoria Jurídica – DIJUR/TCM-PA, em 04/04/2019, conforme permissivo contido nos termos do §4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), a qual devidamente atendida, nos termos do **Parecer n.º 301/2019-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA** (fls. 07/16), da lavra do Diretor Jurídico, Dr. RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA e da Assessora Jurídica, Dra. PAULA MELO E SILVA D'OLIVEIRA, o qual antecipadamente destaco, adoto em sua integralidade como resposta a vertente consulta, no que transcrevo:

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

(...) – DA ANÁLISE DE MÉRITO:

Preliminarmente, em resposta aos questionamentos formulados na vertente consulta, cumpre-nos assentar, desde já, o posicionamento desta DIJUR/TCM-PA, no sentido de que **os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional para os professores do magistério**, previsto no art. 2º da Lei nº 11.738/08, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional prevista no art. 62, da Lei nº 9.394/96 (LDB), a qual não preenchida pelos professores leigos, tal como passaremos a esclarecer.

De acordo com o INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP¹, o professor leigo é conceituado como sendo o profissional da educação *“que não possui qualificação pedagógica de nível superior ou médio”*.

Ademais, a Cartilha formulada pelo FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE², define o professor leigo como:

O professor é considerado leigo quando ele exerce o magistério sem que possua a habilitação mínima exigida para o exercício da docência. Em relação à educação básica são leigos os professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental sem a formação em nível médio, na modalidade normal (antigo Magistério) e os professores das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio sem curso superior de licenciatura plena na área específica de atuação.

Lado outro, a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), em seu art. 62, dispõe sobre os critérios de formação dos docentes para atuação como profissionais de educação, *in verbis*:

1 Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Professor+leigo/c6d2a355-b743-4976-b897-3c317a6b8ace?version=1.1>>, último acesso em 03/12/2019.

2 Disponível em <www.fn-de.gov.br>, último acesso em 03/12/2019.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Neste sentido, depreende-se que, os profissionais do magistério, de acordo com a LDB, são aqueles que possuem nível superior em curso de licenciatura plena para atuar na educação básica, bem como aqueles que detêm o nível médio, na modalidade normal, para lecionar na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

Sendo assim, resta claro a diferenciação de formação entre os professores do magistério e os professores leigos, na medida em que estes últimos, não possuem a qualificação mencionada na LDB para serem considerados professores do magistério, uma vez que não alcançaram o nível superior ou médio, determinado na referida lei.

Em razão disto, entende-se que no tocante ao questionamento da vertente consulta, subsiste a impossibilidade de aplicação aos professores leigos do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério, determinado pela Lei nº 11.738/2008, em seu art. 2º, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional definida no já referido art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.

3 **Art. 2º.** O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§1º. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§2º. Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§3º. Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§4º. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§5º. As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

Em suma, partimos da premissa que tal equiparação causaria verdadeiro desequilíbrio no exercício da função do magistério nos municípios, uma vez que tal atividade já se encontra extremamente carente de valorização a nível municipal, estadual e federal e, conseqüentemente, ocasionaria o desestímulo na prática de atividades de qualificação pelos docentes existentes.

Neste sentido, cumprindo seu papel pedagógico, os Tribunais de Contas devem orientar e recomendar aos jurisdicionados a promoção da capacitação dos professores leigos para a licenciatura qualificada, como por exemplo, as iniciativas realizadas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ⁴** e pelo **Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul- TCE/MS**, in verbis:

“Como bem salientado pela equipe técnica, a Lei nº 1.171/01 que institui o Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos e Salários para os Integrantes do Quadro do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Bela Vista, também não estabelece no artigo 265 a possibilidade de contratação de professor leigo, e ainda acrescenta: A única menção que essa lei faz ao professor leigo encontra-se no art. 278: “Art. 278. Os professores leigos estáveis por força do art. 18, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS, terão assegurado o prazo de 03 (três) anos, a partir da promulgação desta Lei para obtenção da habilitação necessária para exercício das atividades do Magistério e mais 5 (cinco) anos para habilitarem-se em licenciatura Plena”. Por essas razões, entendo que a presente contratação não se encontra apta a receber a chancela de aprovação”.

Sendo assim, denota-se a importância dos Tribunais de Contas em sua função pedagógica de orientação aos jurisdicionados, no caso, as Prefeituras Municipais, da necessidade de incentivarem e formularem políticas públicas com o escopo de qualificação dos professores leigos para se habilitarem em licenciatura plena, em razão da relevância destes

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

profissionais para o melhoramento da educação pública municipal.

Ressalta-se ainda que, no que se refere ao valor do piso salarial para o cargo de Professor Leigo, bem como o percentual de reajuste salarial, estes são homologados por acordos, convenções coletivas ou dissídios dos Professores leigos, pelo Sindicato dos Trabalhadores e os Sindicatos Patronais, registrados no Ministério do Trabalho – MTE.

Sendo assim, evidencia-se que o piso salarial aplicado ao professor leigo deve ser considerado conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídio que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.

Por fim, ainda no tocante à matéria, é válido ressaltar consulta respondida, neste mesmo exercício de 2019 que tratou sobre os professores leigos, no sentido de afirmar da possibilidade de pagamento do professor leigo com os recursos do FUNDEB, conforme deliberação fixada junto à **Resolução n.º 14.655**, de 16/04/2019, sob relatoria do Exmo. Conselheiro DANIEL LAVAREDA, conforme ementa que transcrevemos:

CONSULTA. CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB DE OEIRAS DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2018. CASO CONCRETO. ADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 298, INCISOS I; ART. 299, INCISO III E 300, §2º, DO RITCM-PA - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO RELATOR. CONVÊNIO COM FNDE. RECURSOS FEDERAIS – COMPETÊNCIA DO TCU. APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PROFESSORES E SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO COM PARCELA DOS 40% DOS RECURSOS DO FUNDEB. PAGAMENTO PARA PROFESSOR LEIGO. MANUAL DE ORIENTAÇÃO FUNDEB. MANUTENÇÃO DO PREJULGADO DE TESE N.º 002/2014/TCM-PA.

Neste sentido, depreende-se que os professores leigos que exerçam atividades relacionadas às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, poderão ser pagos com recursos da

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

parcela dos 60% do FUNDEB, cuja aplicação está subordinada/condicionada apenas a comprovação de efetivo exercício desses profissionais na educação básica pública, conforme previsto no art. 211, da Constituição Federal.

Temos, portanto, que o servidor concursado para exercer o cargo de professor leigo não pode ser equiparado ao professor do magistério, referenciado na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para fins remuneratórios, uma vez que possuem qualificações distintas.

Reitera-se, por fim, que os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional fixados aos professores do magistério, previsto no art. 2º da Lei nº 11.738/08, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional no art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.

Diante da elaboração do **Parecer n.º 301/2019-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA (fls. 07/16)**, os autos retornaram para meu Gabinete, em 10/12/2019, e considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, submeto a matéria à consideração deste Colendo Plenário.

É o relatório.



Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA

5 Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos arts. 298⁶ e 299⁷ do **Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18)**⁸, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório, acompanhado em sua integralidade a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. 07/16), no sentido de que o professor leigo não pode ser equiparado ao professor do magistério, haja vista que para enquadramento e consequente percepção do Piso Salarial Profissional Nacional para os professores do magistério, previsto no art. 2º da Lei nº 11.738/08, há exigência de qualificação profissional, definida pelo art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.

Neste sentido, evidencia-se que se tratam-se de qualificações distintas, pelo que, consequentemente, haverá vencimentos distintos.

Considerando que,

a) de acordo com o art. 62 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), o professor do magistério é aquele que possui nível superior em curso de licenciatura plena para atuar

6Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

7Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

8 XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

na educação básica, bem como aquele que detém o nível médio, na modalidade normal, para lecionar na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

b) de acordo com o **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP**⁹, o professor leigo é conceituado como sendo o profissional da educação “que não possui qualificação pedagógica de nível superior ou médio”.

Conclui-se que os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional para os professores do magistério.

Assim, para estes profissionais, é aplicado o piso salarial definido conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídio que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.

Por fim, em razão de ter acompanhado, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. fls. 07/16), adoto a seguinte ementa elaborada pelo referido setor, no que transcrevo:

EMENTA: CONSULTA. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL. PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO. PROFESSORES LEIGOS. NÃO APLICAÇÃO.

- 1.O servidor concursado para exercer o cargo de professor leigo não pode ser equiparado ao professor do magistério, referenciado no art. 62 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), uma vez que se tratam-se de qualificações distintas.
2. Os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional fixado para os professores do magistério, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.738/08, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional do art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.
3. É aplicado para os professores leigos, o piso salarial definido conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou

9 Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Professor+leigo/c6d2a355-b743-4976-b897-3c317a6b8ace?version=1.1>>, último acesso em 03/12/2019.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.214/2020

Processo nº 201803639-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Domingos Araújo da Silva

dissídios que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.

4. Os professores leigos que exerçam atividades relacionadas às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, poderão ser pagos com recursos da parcela dos 60% do FUN-DEB, desde que estejam em efetivo exercício.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **04 de fevereiro de 2020.**


Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Relator